



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 05

SÁBADO, 7 DE JANEIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 163ª SESSÃO, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1994

RETIFICAÇÕES

Na publicação do Sumário, feita no DCN, Seção II, de 25 de novembro de 1994, no item 1.3 - ORDEM DO DIA, na página 7212, 2ª coluna, na ementa da Mensagem nº 278, de 1994

Onde se lê:

... para exercer a função de Embaixador...

Leia-se:

... para exercer a função de Embaixadora...

E, na página 7213, 1ª coluna, na ementa da Mensagem nº 345, de 1994

Onde se lê:

... o nome do Senhor Antonio Carlos Djins de Andrade, ...

Leia-se:

... o nome do Senhor Antonio Carlos Diniz de Andrade, ...

SUMÁRIO

1 - ATA DA 21ª SESSÃO, EM 6 DE JANEIRO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Avisos do Ministro da Fazenda

Nº 1.839/94, de 28 de dezembro de 1994, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 678, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda.

Nº 1.869/94, de 30 de dezembro de 1994, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 684, de 1994, de autoria do Senador Moisés Abrão.

1.2.2 - Comunicação

Do Sr. Vicente de Paula Queiroz, informando seu impedimento para assumir a cadeira como primeiro suplente do ex-Senador Almir Gabriel, eleito Governador do Estado do Pará, em virtude de sua posse, no dia 4 de outubro de 1988, no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

1.2.3 - Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 747/94, de 22 de dezembro de 1994, da Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão Normativa nº 764/94.

1.2.4 - Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO, como Líder - Esclarecimentos quanto à notícia publicada na edição de hoje do Jornal do Brasil, de que S. Exa. esteve ausente nas sessões de votação da indicação do nome do Sr. Péricio Arida para a presidência do Banco

Central.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA - Razões do Partido Popular, do qual faz parte S. Exa., para a obstrução às votações das autoridades indicadas pelo Senhor Presidente da República aos cargos de Presidente do Banco Central, Embaixador e outros.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG - Considerações a respeito da utilização do Centro Gráfico do Senado Federal pelos Srs. Parlamentares e a má-fé com que são veiculadas as matérias jornalísticas sobre o assunto.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA - Fechamento de agências de bancos oficiais.

SENADOR EDUARDO SUPlicY - Distorções que possam advir da contratação, pelo atual Governo, dos chamados "servidores especiais", para o exercício de funções de confiança com níveis altos de remuneração. Flexibilização da política cambial brasileira.

1.2.5 - Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do artigo 174 do Regimento Interno.

1.2.6 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - MESA DIRETORA

3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
 Diretor-Geral do Senado Federal
 AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor Executivo
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
 Diretor Administrativo
 JÚLIO WERNER PEDROSA
 Diretor Industrial
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
 Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal
ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

Ata 21^a Sessão, em 6 de janeiro de 1995

11^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 49^a Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Chagas Rodrigues – Francisco Rolemberg – Pedro Teixeira
 – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 4 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
 O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**AVISOS****DO MINISTRO DA FAZENDA**

Nº 1.839/94, de 28 de dezembro último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 678, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda; e

Nº 1.869/94, de 30 de dezembro último, encaminhando informações sobre quesitos constantes do Requerimento nº 684, de 1994, de autoria do Moisés Abrão.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília (DF), 5 de janeiro de 1995

Exmº Sr.

Senador Humberto Lucena

DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em face da honrosa comunicação de V. Ex^a, convocando-me para assumir a cadeira como primeiro suplente do ex-Senador ALMIR GABRIEL, eleito e empossado Governador do Estado do

Pará, venho comunicar-lhe do meu impedimento em decorrência de ter assumido no dia 4 de outubro de 1988 o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Apraz-me apresentar-lhe meus protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente, – Vicente de Paula Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A comunicação lida vai à publicação.

A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do segundo suplente.

A Presidência recebeu o Aviso nº 747, de 22 de dezembro último, da Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão Normativa nº 764/94, daquela Corte, que "fixa, para o exercício de 1995, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação previstos no art. 159, I, a, b e c da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981".

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Há oradores inscritos.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, como Líder do PTB, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Tem a palavra o nobre Senador Valmir Campelo, para uma comunicação.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, quero apenas fazer um registro para que fique esclarecido que estive presente nas duas últimas sessões e votei a indicação para Presidente do Banco Central.

Infelizmente, o Jornal do Brasil de ontem arrolou meu nome entre os Senadores que estavam obstruindo a sessão de quarta-feira.

Imaginei que fosse um engano do jornal. Não fiz sequer considerações sobre o assunto em plenário, em respeito ao jornal. Mas, para minha surpresa, em editorial de hoje, o mesmo jornal insiste em relacionar meu nome entre os Senadores que estão obs-

truindo a sessão para votação da indicação do Presidente do Banco Central.

Lamentavelmente, o jornal engana-se mais uma vez. Gostaria de deixar claro que votei tanto na quarta quanto na quinta-feira pela aprovação do nome de Périco Arida para a Presidência do Banco Central. Infelizmente, o Jornal do Brasil ainda inclui meu nome hoje, com tons pejorativos, num editorial de um veículo de grande circulação nacional. É lamentável que os jornalistas que cobrem assuntos do Congresso Nacional não se inteirem do que acontece nesta Casa.

Queria registrar esse fato e pedir à direção do jornal que faça os reparos necessários para que a minha imagem não fique prejudicada perante a opinião pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O registro de V. Ex^a constará dos Anais para os fins devidos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, declaradamente, adotei uma postura, nesses últimos dias, contrária à obtenção do quorum pretendido pelo Governo para apreciação do nome do Sr. Périco Arida, indicado para o Banco Central, e de outros Embaixadores, já aprovados pela Comissão de Relações Exteriores, entre os quais o ex-Chanceler Celso Amorim, designado para a ONU.

Asseverei, durante as minhas argumentações, que o fazia porque o Partido ao qual pertenço e por cuja Liderança atualmente sou o responsável no Senado Federal – em decorrência de viagem oficial do Líder, Senador Irapuan Costa Júnior, à Croácia – é um Partido que está sendo marginalizado, discriminado pelo Presidente da República e pelos Partidos que lhe dão sustentação.

Por conseguinte, não tínhamos nenhum dever, nenhuma obrigação, não obstante reconhecermos que os problemas nacionais são altamente importantes, de curvarmo-nos a imposições, a determinações. Creio que política é questão de diálogo.

Não tenho nenhuma pretensão individual, nem meu Partido reuniu-se postulando cambalachos ou trocas. Tenho uma postura, que é a da valorização da classe política. Via de consequência, não podia concordar – e continuo não concordando – que a Presidência da República deixe o Senado Federal à margem do diálogo, não designando, nem que seja para um mandato tampão – se pudéssemos intitular assim – um líder para conversar, para dialogar, para tratar em alto nível, e não no nível do temor, não no nível da imposição, como acontece hoje quando o Senhor Presidente da República vem dizer que está irritado com o boicote a Périco Arida no Senado.

Nós é que estamos irritados com o Presidente da República, que saiu desta Casa e não se digna sequer a ter um representante para um diálogo maduro. Não me refiro a diálogo de café, diálogo de corredores, mas diálogo claro, para que fiquem acertados os posicionamentos, os espaços, as responsabilidades de cada um. Nós não somos pau-mandado de quem quer que seja. Não podemos compreender que o Partido que dá sustentação ao Governo venha aqui – muitas vezes no sentido de fazer média com a imprensa e sair-se bem dessa situação constrangedora – querer nos compelir a violentar os nossos princípios. Nós também temos os nossos princípios.

Há Senadores aqui que pensam que o Presidente desta Casa não pode ser o bode expiatório desses tristes episódios. Participei da CPMI e vi que os Líderes, entre eles Mauro Benevides e outros, eram os atingidos, porque o propósito era o de atingir a Instituição.

Essa reação é justa. Essa reação é legítima. Essa reação tem que ser respeitada pelos nossos próprios Pares. Não pode vir aqui, por exemplo, o Senador Pedro Simon e declarar que o Senador Al-

fredo Campos escutou toda a situação e que S. Ex^a, Alfredo Campos – Senador igual ao Sr. Pedro Simon – é mestre em criar problemas. Que o Sr. Pedro Simon queira arvorar-se em Líder do atual Governo é justo, dizem até que o Senador deseja continuar no cargo – espero que S. Ex^a esteja ouvindo meu pronunciamento, porque é melhor que esteja aqui para dialogarmos frente a frente –, mas não é legítimo que queira expor à execração pública colegas que têm uma postura declarada. O que esses Parlamentares pretendem na verdade? Ninguém quer fazer cambalacho, muito menos desejam fazer chantagem. Chantagem é algo que se faz em troca de favores ou de dinheiro ou de outras coisas. Aqui está-se querendo que as medidas preconizadas para o Presidente desta Casa – pois elas têm um endereço certo, ou seja, denegrir a classe política – sejam estendidas a outros tantos. Desejamos também que a Câmara dos Deputados não engavete processos, não engavete a apreciação da matéria, expondo o Senado Federal a uma situação de constrangimento.

Eu disse aqui, na última assentada, que eu voltava para defender, com emoção, com vigor, com ardor, esta Instituição, o Senado Federal, a qual pertenço eventualmente até o final do mês. Não posso concordar que alguns Senadores, mestres em querer aparecer para a mídia, para a imprensa, contribuam para desmerecer a Casa.

O Jornal do Brasil de hoje publica, entre outras coisas, no editorial, asseverando que os Senadores que ele nomeia – "os chantagistas – veja V. Ex^a – se pavoneavam". Adiante diz que o Brasil "é o desses Senadores dos grotões, que se elegem para enriquecer, se cavam no cambalacho e pretendem demonstrar que o Brasil não vai, não pode, não deve mudar". Lá na frente, mais grave: "Evidentemente, se a CPI do Orçamento tivesse levado a faxina que prometeu às últimas consequências, essa súcia de agravadores seria hoje bem mais reduzida." E para finalizar, diz ele: "Isso tudo é um escárnio, uma vergonha, uma afronta cometida pelo pior segmento de uma das piores representações que já passaram pelo Senado Federal."

Trabalhei em jornal muito tempo. Sei que existe alguém por trás desses editoriais. Não conheço o caráter dessa pessoa, não sei se ela tem mais virtudes do que os colegas do Senado Federal. Não vejo hoje aqui nem o Senador Eduardo Suplicy nem o Senador Pedro Simon para defender a dignidade dos seus Colegas, que tomaram uma posição convicta de que esse é o caminho adequado, e estão pagando caro por isso. É uma postura digna de coragem, é um resgate até do mandato de Senador, que não se curva à imprensa, não se curva à imposição de quem quer que seja.

Sr. Presidente, louvo os Srs. Senadores pela sua convicção de que não podem votar amedrontados, compelidos. Eu, pelo menos, do PP, continuo dizendo que, se estamos afastados do Governo, não temos nenhuma obrigação de correr aqui, puxados pelos braços, para atender a interesse de meia dúzia. Acima disso, temos a nossa convicção, estamos presentes e não comungamos nem com os Srs. Senadores nem com alguns jornalistas que querem denegrir, com mentiras e falácias, a honra de homens de valor.

Dizem que sou um daqueles que estariam sendo processados pelo uso da Gráfica. Na falta do que fazer, para se estribar e dar uma moldura de pseudoverdade, mentem, caluniam, inventam. Não estou, não. E não me desonraria se tivesse usado a Gráfica nos termos em que todos a usavam. Não me envergonharia. Usaria porque essa era uma norma; não faria como o Líder do PT na Câmara, Sr. José Fortunati, que mandou fazer e não usou. Pior ainda, mandou fazer e não usou. Isto é mais grave: não assumiu. E houve outros: Chico Vigilante, Maria Laura, os petistas de Brasília, na gráfica local.

Que mundo é esse? Esse é um mundo de farisaísmo, hipó-

crisia, como está lá no Evangelho: brancos por fora e cheios de podridão por dentro. Raça de víboras! Sepulcros caiados! São essas pessoas que se estribam num jornal ou no mandato de Senador para vir aqui desonrar os seus Colegas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

Consulto os Srs. Senadores presentes se desejam fazer uso da palavra.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMN-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não era nem meu propósito comparecer a este plenário, nesta manhã, não tivesse recebido um apelo da Mesa para vir e completar o quorum necessário à realização da presente sessão.

Por longos anos no Congresso Nacional, fui — e sou — um cidadão neuroticamente preocupado com a ética na política e na minha vida privada. Daí por que, ao deixar esta Casa, levo comigo uma preocupação muito grande. Sou hoje um angustiado não só pelos momentos desagradáveis que tenho a passar nesses instantes finais do meu mandato, mas também porque sou um homem que, pela forma com que sempre se portou pela vida afora, sofre de uma angústia maior, que é a angústia econômica. Não posso nem devo ser incluído entre aqueles, que são tão poucos — e os tão poucos já foram punidos nesta Casa —, que vieram dos grotões para aqui fazer negociações e enriquecer.

Volto para o convívio da minha família, levando uma aposentadoria de médico da Previdência que vai me pagar, a preços de hoje, aproximadamente R\$900,00. Não sei quanto terei do IPC — possivelmente R\$1.000,00 ou R\$1.200,00. É tudo isso que levo da vida pública e da minha vida de médico, para começar, de novo, quase aos 60 anos, a minha vida.

Vejam, meus amigos Senadores, que sou um homem que gosta de ler, de escrever e de produzir alguma coisa. Esta Casa, o Congresso Nacional, propiciou-me até desenvolver um pouco esta minha tendência, esta minha habilidade. Por isso, certa ocasião, quando ainda Deputado Federal, tive um conto meu selecionado pelo Comitê de Imprensa, que publicou, pela Gráfica do Senado, dois volumes de contos dos Srs. Parlamentares e um segundo dos Srs. Jornalistas, intitulado *Horas Vagas*. Nessa ocasião, ninguém nos acusou, nós os contistas do Congresso, nem aos Srs. Jornalistas, de ter usado indevidamente a Gráfica do Senado.

Posteriormente, decidi escrever a biografia de um homem genial, um político e intelectual sergipano, da escola de Tobias Barreto, que foi Fausto Cardoso. Esse meu trabalho, esse meu estudo foi adquirido pela Câmara dos Deputados para fazer parte da coleção *Perfis Parlamentares*. Foi meu primeiro trabalho literário e de pesquisa vendido ao Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

Assisti, nesta Casa, a todos nós publicarmos aquilo que produzímos. Fiz inúmeras separatas. Como disse ontem, li, nesta Casa, separatas de discursos de posse em Academia; li, nesta Casa, trabalhos sociológicos elaborados por Senadores dos mais eminentes; procurei colaborar, com meus poucos conhecimentos, com publicações de idéias minhas expendidas na tribuna desta Casa, e fiz isto pela vida afora, durante 24 anos.

Recentemente, tivemos aqui duas CPI imensas: a que cassou o Presidente Collor e a da corrupção. Ambas publicaram, no final, o seu relatório, que é um trabalho do Congresso Nacional, mas houve Senador que publicou, com uma visão pessoal, como

livro seu, a história da CPI que cassou o Presidente Collor, quer dizer, a latere do relatório final da Comissão. Isso não foi considerado qualquer crime.

Verifiquei também, meus amigos, Srs. Senadores, que havia uma dificuldade muito grande no meu Estado — depois verifiquei que, no Brasil inteiro, também havia — da parte de Deputados Estaduais, Vereadores, alguns Deputados Federais e Senadores, que adentravam abruptamente para a vida pública, chegavam a estas Casas e não sabiam o que fazer, o que a Câmara e o Senado significavam, quais os seus campos de ação, seus limites e possibilidades de nelas trabalharem e contribuírem para a sua cidade, para o seu Estado e para o seu País.

Publiquei e distribuí, em Sergipe e pelo Brasil, o *Manual dos Vereadores*. Alguns Colegas pediram-me essa publicação para enviá-la aos seus Estados. Publiquei recentemente — e por isto fui à Justiça, denunciado por um Colega do meu Estado por ter publicado a Lei Eleitoral, como eu dizia ontem, por solicitação da Magistratura do meu Estado, dos Srs. Juízes, Promotores e membros do Tribunal Eleitoral, porque queriam ter conhecimento, com a maior brevidade, daquilo que tínhamos votado. A Lei Eleitoral é um trabalho eminente do Parlamento, nós a votamos e, portanto, somos seus co-autores.

Vejam V. Ex^as a que ponto estamos chegando! De repente, aparece uma dentíncia nacional, e acusa-se o Sr. Humberto Luceña, nosso Companheiro, de ter feito uma folhinha para ser distribuída. Só que S. Ex^a havia feito, ao invés de um cartão de Natal, uma folhinha menor, dobrável, em que, ao lado dos votos de Boas-Festas, envia um calendário; um calendário que, para nós, pouco significa, mas que, no interior dos nossos Estados, tem um valor muito grande. É o mesmo valor que tinha — lembro-me bem de quando eu era menor e meu pai era farmacêutico — o Almanaque Capivarol, muito procurado nos finais de ano, e outros. Neles, vinham o calendário e a orientação para a agricultura: o que plantar, quando plantar, o que fazer e qual a época. Esses almanaque eram procuradíssimos, assim como o são hoje os calendários.

Ninguém venha dizer que, ao enviar um calendário, o cidadão que ocupa a Presidência do Congresso Nacional; ou que alguém que já exerceu a Presidência da República precise de um mero cartão de Boas-Festas para ser eleito, quando, na verdade, ele disputou uma eleição, eleger o Governador do seu Partido, o outro Senador pelo seu Partido e foi eleito com mais de 500 mil votos.

O Senador Ney Maranhão, ao mandar fazer cadernos no seu Estado, foi tão claro, honesto e transparente que acrescentou na contracapa:

É importante você saber quem paga este caderno. Cada Senador da República recebe uma verba para a publicação de seus trabalhos através do Centro Gráfico do Senado Federal. O Senador Ney Maranhão age de forma diferente: junta o total da verba que dispõe para aquelas despesas e destina todo o valor para impressão desses cadernos que estão sendo distribuídos entre os estudantes de todas as escolas públicas de Pernambuco. Assim, economiza para os cofres da Nação as despesas com correios e dá melhor destinação de sua verba em favor dos alunos carentes de Pernambuco.

Não pode haver transparência maior do que esta.

Há dois ou três anos, decidi fazer uns cadernos não apenas para atender às necessidades do estudante pobre, mas também para levar ao meu Estado algo que eu reputava da maior importância. Não existe nos Estados uma disciplina que ensine aos seus alunos a história do seu lugar; não existe, no Espírito Santo, em Sergipe

ou na Bahia, um professor de História que o faça. Então, o que ocorre? Os estudantes não têm a menor idéia, não conhecem a bandeira, o símbolo do seu Estado, a história da sua fundação, da conquista do seu território, nem as figuras eminentes que conquistaram e consolidaram a autonomia do seu Estado.

Fiz um caderno, em cuja capa estava impressa a bandeira de Sergipe, o Hino do Estado, o Hino à Bandeira e, na contracapa, uma síntese da história do meu Estado. Recebi, da Secretaria de Educação, elogios e, do Conselho Estadual de Educação, por unanimidade, um voto de louvor por essa iniciativa. Felicitaram-me por divulgar, entre os estudantes de Sergipe, um pouco da história do nosso Estado.

Vejam, Srs. Senadores, este cidadão, cujo propósito único foi melhorar a qualidade de ensino, dando ao estudante sergipano um pouco de conhecimento da sua própria história, deixa, amargurado, a Casa que procurou honrar. Sempre tive um comportamento retílineo, neuroticamente retílineo, e saio com o meu nome nas manchetes dos jornais, como sendo um daqueles que usaram indevidamente a Gráfica do Senado. Tive um comportamento dentro do que me permitiu a própria estrutura funcional desta Casa; nada fiz que ela não me permitisse. Acredito, inclusive, Srs. Senadores, que, se a má-fé não fosse tão intensa, nenhum dos senhores estaria passando por esse dissabor agora, porque não cabe a nenhum de nós mandar fazer: cabe-nos tão-somente solicitar à Casa, como Instituição, que autorize. Portanto, é ela que deveria estar respondendo por que permite aos seus membros fazer uso da sua Gráfica dessa maneira.

Essa questão foi muito bem explicada com uma pergunta: quando o Governado Mário Covas prestava um esclarecimento num programa do Boris Casoy, disse: "Mandei fazer e distribuí, no meu Estado, a Lei Eleitoral. E por que não fazê-lo? Eu tinha que orientar os meus Companheiros de partido; tinha que orientar a Justiça do meu Estado. E, afinal de contas, para que serve a Gráfica do Senado"?

Ora, Srs. Senadores, a partir daquele raciocínio obtuso que hoje se procura desenvolver para se incriminar quem não cometeu nenhum crime, por certo o Deputado Federal e o Senador da República deveriam ter as mesmas prerrogativas do funcionário público: eles teriam que se licenciar do cargo, não teriam mais a sua quota telefônica, não teriam mais a sua quota nos Correios, ele deveria entregar o apartamento funcional e não deveria usar as passagens que recebe mensalmente, porque tudo isso, inclusive essa quota que lhe permite publicar os seus trabalhos – e trabalhos outros que não são somente seus, mas que são considerados relevantes –, está no mesmo contexto do que chamamos de uma complementação indireta do nosso salário. Certamente não poderíamos manter o contato telefônico e postal e divulgar aquilo que falamos às custas do salário de Senador e Deputado. Portanto, trata-se de um salário indireto, que só poderia ser cobrado se fôssemos compelidos a nos licenciar para disputar as eleições, já que se procura configurar o crime somente durante o período eleitoral.

O Sr. Pedro Teixeira – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Teixeira – Senador Francisco Rollemburg, há Senadores que vão deixar, sentimentalmente falando, saudades nesta Casa e V. Ex^a se inclui neste grupo. A sobriedade com que V. Ex^a sempre defende as causas, sempre justo, ponderado e tranquilo – às vezes até o invejo, porque sou mais emotivo –, como está fazendo hoje, é muito importante. Acompanhei o trabalho de V. Ex^a na CPMI, onde foi um dos importantes Sub-Relatores, e, sempre que se ameaçava um incêndio, V. Ex^a estava tranquilo, colocando até algodão entre cristais para que não se estilhaçasse todo

um ambiente, buscando cumprir o seu trabalho com a tranqüilidade e a competência que lhe são peculiares. Concordo com a exposição brilhante que V. Ex^a faz hoje daquilo que é um fato normal, mas que não terá, amanhã, nenhuma ressonância na imprensa. Não se dirá, na imprensa, que um Senador explicou como é utilizada a Gráfica do Senado. Quando V. Ex^a fala desse salário minguado, faz-me recordar de um episódio ocorrido em meu gabinete. Ao retornar a esta Casa, nessa segunda jornada, em meu gabinete estava uma senhora vendendo jóias e falando horrores dos Senadores. Essa senhora dizia que Senador não precisa ter carro oficial, que Senador não precisa ter nada, pois ser Senador é uma vocação, é um princípio, é um sacerdócio; Senador não tem que receber passagem aérea, ele tem que viajar para o seu Estado, para atender aos seus interesses, com recursos próprios. Ou seja, pressupõe-se que querem fazer um Senado Federal de milionários. Essa é a presunção, o que é uma discriminação. Concordo com V. Ex^a – e, nesse ponto, atalhei o seu pronunciamento – quanto à omissão da Mesa desta Casa. Esse episódio só teve essa ressonância maligna porque os membros da Mesa se quedaram inativos ab initio. Como eu disse aqui, há Senadores que não se importam se a honra de outro colega estiver à mercê de críticas, parecem até gostar disso, porque ficam na posição de críticos. Eles são sempre o estilingue, deixando que as coisas se estilhaçem sobre os outros. A Mesa do Senado e do Congresso Nacional não deveriam ter-se omitido, principalmente a do Senado, que sabe, como todo mundo, que Humberto Lucena, o Presidente desta Casa, não cometeu nenhuma iniquidade. É difícil encontrar até os Líderes partidários, porque se aterrorizam, ou querem ser aquilo que eu disse, as vestais, querem ser mais realistas do que a realidade. Enquanto esta Casa realmente não se posicionar melhor em favor da verdade, continuará a se estilhaçar, como sempre acontece na época da eleição. Isso ocorre porque os parlamentares têm medo de não ser reeleitos, porque a imprensa lança farpas sobre todo mundo. Acredito que esse brado de alerta deve existir e que tudo isso deve ser apurado. O Senado Federal não pode deixar que as coisas continuem assim, dando a impressão de que se está querendo barganhar. Não há barganha alguma! Não há chantagem alguma! O que se quer aqui é que alguém deixe de ser bode expiatório. Louvo o pronunciamento de V. Ex^a, nobre Senador Francisco Rollemburg, e espero que ele tenha a devida ressonância junto aos órgãos de informação pública, mas principalmente junto à sensibilidade dos Líderes desta Casa, do Presidente da República e do PSDB, que é um Partido que, no caso vertente, está em cima do muro. Com relação à urgência para que o processo fosse apreciado na Câmara, o PSDB nada fez. É preciso não deixar que os colegas sejam imolados, porque o sacrifício de um vai resultar numa ressonância negativa sobre todos. Era o que eu queria dizer a V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Agradeço o aparte a V. Ex^a, que chegou ao cerne do meu discurso. Daria ao meu pronunciamento exatamente a conclusão de que o Senado, enquanto Instituição, deveria ser o defensor da sua própria imagem, da sua própria estrutura, reconhecer os seus próprios erros – se existirem – e mostrar a fortaleza que realmente possui, não permitindo que nós, Senadores, fiquemos a nos digladiar. Uns, com estiletes, acusando a todos e procurando tumultuar o processo legislativo, até nas coisas menores desta Casa. Vou exemplificar: o Serviço Médico, que era tão próximo, hoje não funciona porque foi transferido para um local bem mais distante. Naquele local, onde funcionava o Serviço Médico, serão construídos gabinetes para os Srs. Senadores. Concordo que os Senadores têm que ter um gabinete condigno, mas ninguém nesta Casa se levantou para defender o Serviço Médico. Hoje, aquele órgão sofre as agruras de trabalhar em uma salinha vizinha ao nosso plenário.

O Serviço de Fiscalização do Distrito Federal veio a esta Casa e constatou que o nosso restaurante não atende aos requisitos mínimos quer de segurança, quer sanitários. O que se fez? O Sr. Secretário convocou o Sr. Oscar Niemeyer para fazer um novo estudo a respeito desse assunto, já que o restaurante não apresenta segurança. O local onde são colocados os botijões de gás não tem nenhuma sustentação, podendo ocorrer uma explosão que faria aquela área do Senado voar pelos ares. Então, procurou-se fazer um restaurante que atenda às necessidades de asseio, de higiene, de cuidado alimentar e segurança. Foi um Deus-nos-acuda porque o restaurante iria mudar de local. Vejam V. Ex's que quanto ao Serviço Médico, que era da maior importância, ninguém se preocupou em acelerar o andamento de sua transferência para que nós, Senadores, nossos familiares, os funcionários e também seus familiares pudéssemos ter esse Serviço em plenas condições de atendimento. Essa questão está angustiando os meus colegas médicos.

Então, nesta Casa, quando se quer aparecer, procura-se encontrar pequenas brechas nas mínimas coisas, e não se tem nem o cuidado de preservar a imagem da Casa, caso esses fatos se transformem em manchete amanhã. Procura-se destruir uma reputação – ilibada, no mais das vezes – para ser notícia de jornal. Eu, como já sou homem amadurecido, lembro-me de *Vana Verba*, as palavras voam e caem no esquecimento. E aqueles que assim se portam também cairão no esquecimento, porque a História, que é a grande mestra, e o tempo – como dizia o nosso ex-Presidente –, senhor da razão, mostram que esses homens não foram os pró-homens deste País. E o tempo mostra também que eles não foram nem pró-homens, nem tinham razão de ter-se portado dessa maneira: jogar na fogueira da inquisição companheiros que tiveram o zelo e o cuidado de sempre se portarem com a maior dignidade, quer nas suas vidas privadas, como empresário, como profissional liberal, como esposo, como pai, quer como Senador da República. É lamentável que tudo isso aconteça. Ainda vamos viver momentos difíceis e de angústia, mas ou esta Casa entenda que tem poder e que tem de agir em defesa dela própria, ou serão vitoriosos aqueles que, na outra Casa e fora daqui, vêm propugnando há longo tempo para provar a desnecessidade do Senado da República e extinguí-lo como instituição nacional.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Ouço o aparte do nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Nobre Senador Francisco Rollemburg, quero me ater a três pontos do seu pronunciamento. Primeiramente, quando V. Ex^a fala em cadernos. Vejo nesta Casa os paladinos, defensores do povo, que todos os dia falam em nome do povo e dos mais necessitados, mas, muitos deles, mesmo falando em nome do povo desprezado, nada fazem por ele. A devolução do dinheiro do povo se faz quando um Senador, preocupado com aqueles que não têm o mínimo recurso, nem mesmo para comprar cadernos para os seus filhos, usa, dentro de suas quotas, a Gráfica do Senado para fazer cadernos para dar a essas crianças, a essas famílias que não têm a possibilidade de comprá-los, devolvendo, assim, ao povo aquilo que é do povo, através de um caderno. Não vejo esses paladinos, que tanto falam todo dia do povo, darem sequer um lápis, uma caneta em nome desse povo. Outra questão, Senador Francisco Rollemburg: não vi ainda a grande imprensa falar do projeto que aqui foi votado e que está na Câmara dos Deputados pedindo para que seja votado. Falam tanto que o Senado demora em aprovar projeto, demora em agilizar o processo legislativo, mas não vi a cobrança da votação desse projeto que já há quase dois meses está na Câmara dos Deputados; ainda não vi os zelosos da imprensa pedirem que esse projeto seja votado na Câmara, como também não os vi pedindo a votação da Lei de Im-

presa, que lá está há mais de dois anos. Não vi também ser feito editorial cobrando que se vote. Por quê? Quando determinados Senadores fazem a obstrução democrática de uma determinada votação, o que faz parte do processo parlamentar, como aconteceu com a votação da escolha do Sr. Péricio Arida para o Banco Central – não o conheço, não tenho nada a ver com ele –, o editorial fala em dois "Brasis". No entanto, não se faz estardalhaço para pedir que se vote a Lei de Imprensa pela Câmara dos Deputados. Houve uma outra votação para Presidente do Banco Central que demorou quase três meses, e o Brasil não parou, o Brasil não deixou de crescer, o Brasil é o mesmo. O que se quer é que se vote. Não era isso que pediam tanto? Não era isso que cobravam do Senado? Estamos precisando que votem, mas que as duas Casas votem. Pessoalmente, não tenho nada contra o Sr. Péricio Arida. Sou apontado pela grande imprensa, que já disse o que quis dizer, mas que não diz a verdade, pelo menos a meu respeito, quando tenho documento, dado pelo próprio Tribunal de Contas, me isentando. Mas isso não interessa dizer, não é o que estamos discutindo. Se exigem tanto que o Senado vote, devem exigir também que a Câmara vote. Qual a dificuldade de se votar o projeto lá? Só o Senado é que tem obrigação de votar? Por que o Senado também não estabelece o dia da votação? Por exemplo, o dia 16, ou 17. Não estamos pedindo que votem "sim" ou "não"; só queremos que votem. Não era isso que tanto se pedia, ou seja, que eles votassem? Pois nós também estamos pedindo que eles votem. Estamos pedindo que votem também a Lei de Imprensa, por exemplo, que está lá e que o Senado já votou há dois anos. É só isso. Será que é pedir demais? Esses Senadores fizeram uma obstrução legal e democrática. Não se fala tanto na legalidade no Brasil moderno, no novo Brasil? É o Brasil que quer votar. Nós estamos com a razão, pois queremos que se vote, aqui e lá, porque o Congresso Nacional é formado pelo Senado e pela Câmara. Quanto a essas pressões que são feitas por aqueles que dizem que o Brasil vai acabar, eu até me arrisco a dizer a V. Ex^a que, em determinados locais do País, o povo não sabe nem que há um Banco Central, muito menos que ele tem um Presidente. Para o povo mesmo, o Banco Central não tem nenhum interesse. Portanto, nobre Senador Francisco Rollemburg, estamos cumprindo nossa obrigação quando pedimos à Câmara que vote. Então, agora pedir que se vote é demais? Dezesseis, dezoito Senadores estão pedindo à Câmara que vote. O Senado, ao pedir isso, está pedindo demais? Nós não estamos pedindo à Câmara que aprove ou não a matéria, mas que proceda à sua votação. É só isso. Se o que está incomodando muita gente, inclusive a grande imprensa, é o fato de estarmos exigindo que se vote a Lei de Imprensa, que se vote o projeto que a Câmara aprovou, não sei se é demais. Era este o meu pequeno aparte ao grande discurso de V. Ex^a, chamando atenção para essas coisas que, às vezes, em determinados momentos, têm um certo sentido e, em outros, têm outro sentido, outra razão. É uma maneira de pressionar, mas o Senado Federal e os Senadores já estão acostumados com esse movimento de pressão. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Senador Ronaldo Aragão, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Quero dizer aos Srs. Senadores que, no longo tempo em que sou Parlamentar, muitas vezes me violentei em nome do bem-estar do País, embora não acreditasse em momento algum que aquilo que estava votando pudesse resultar realmente no crescimento e no desenvolvimento da Nação brasileira.

Há uma chantagem do Poder Executivo sobre a qual ninguém fala, qual seja a de colocar o Congresso Nacional como o responsável pelos seus insucessos, porque manda para esta Casa projetos e medidas provisórias que não podem ser discutidos. Essas matérias são emendadas, quando não podem ser emendadas, e

são aprovadas ou não. Era o que acontecia com os antigos decretos-leis: quando emendávamos, as nossas emendas eram vetadas.

Então, o Poder Executivo, senhor da razão, tem-nos colocado sempre nessa situação constrangedora de sermos os legisladores, aqueles que travam, como se dizia no Nordeste, atravancam, seguram o bom andamento do progresso nacional. Não entendendo ele que esta Casa, todas as vezes em que estudou suas mensagens, estudou os seus projetos, estudou suas medidas provisórias e não as melhorou foi porque não pôde fazê-lo. Mas quando estudou e pôde emendar, pôde modificar, sempre o fez para melhor.

Além do mais, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a obstrução parlamentar é um fato corriqueiro em todos os parlamentos do mundo. Essa obstrução parlamentar que se diz estar ocorrendo agora não é voltada para o Sr. Pérsio Arida. Não há problema algum. Se ele for nomeado hoje, amanhã, na semana que vem, daqui a dois meses, o Brasil não vai parar, o Banco Central não vai parar, até porque ele só não está assinando os documentos como Presidente. Lá está o seu substituto, colocando o Banco Central para seguir a sua orientação e dar condições para o seu funcionamento.

O Sr. Magno Bacelar – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Magno Bacelar – Não desejava interromper o raciocínio de V. Ex^a, brilhante como sempre. Sou um daqueles que aprenderam, ao longo desses quatro anos, a admirá-lo, a respeitá-lo, sobretudo pela maneira tão correta como V. Ex^a coloca as coisas. Mas agora, quando V. Ex^a diz que o fato de não votarmos a indicação do Presidente do Banco Central por uma semana não vai parar o País, gostaria de ressaltar que ficou muito pior para esta Casa quando, ontem, o Senador Pedro Simon declarou que quem vai pagar é o Senado, porque o Sr. Pérsio Arida já está comandando a economia há muito tempo, só não está assinando. Se ele é onipotente, se ele já representa o Brasil, realmente não há necessidade do Senado, não há por que essa batalha que se criou aqui, propositadamente, orquestradamente. No momento em que fizeram com que o Presidente do Senado, pela primeira vez na história, levantasse da cadeira no momento da votação e percorresse o Senado convocando Senadores, criou-se o palco para a tragédia grega que se iria ensaiar na imprensa. Votar ou não votar é um direito dos Senadores. A imprensa quis enlamear a dignidade desta Casa citando os Senadores ausentes. Existem na Casa indicações de outras autoridades, embaixadores que representarão o Brasil, que não foram votadas, não estavam na pauta. O problema criado foi exatamente em função do Dr. Pérsio Arida, pai do Plano Cruzado e de outros planos. Mas o afã de agradar o Presidente da República, de ser submissos, ou a busca de qualquer outro interesse, gerou todo esse episódio. Recentemente, fui Relator de um projeto nesta Casa; o nobre Senador Eduardo Suplicy solicitou votação nominal, pois entendia que um projeto de tal importância não poderia ser votado por um Plenário simples. Ontem e anteontem, pressionou-se de todas as maneiras para votar a indicação do Presidente do Banco Central com apenas 41 Senadores. O número já não interessa. Foi dito pelo Senador Pedro Simon que a imprensa publica hoje que foi chamado pelo Presidente da República para dar um jeito na questão. Já tendo afirmado que o Sr. Pérsio Arida faz e desfaz tudo aquilo que deseja. Felizmente, eu não estava aqui por ocasião da posse do Presidente Collor, mas foi este mesmo Congresso, ávido de aparecer e ser submissos, que deu ao Sr. Collor o direito de seqüestrar a poupança do povo brasileiro. Faço votos de muito sucesso para o novo Governo e trabalharei para que o mesmo tenha êxito, porém tenho muito medo de que, na orquestração do milagre que se realizará com o Senhor Fernando Henrique

Cardoso, este desejo leve o povo brasileiro a um desencanto maior. Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Agradeço a V. Ex^a. Embora deixando esta Casa, do meu Estado continuarei desejando que o Senhor Presidente da República, nosso ex-companheiro de Senado, consiga realizar o Governo que Sua Excelência prega, almeja, sonha e aspira fazer para ocupar o seu lugar de posição, como sempre desejou, na história do nosso País.

Se chantagens existem, elas sempre ocorreram por parte do Poder Executivo. Na época da Governo Fernando Collor, votamos o seqüestro da poupança do povo brasileiro no afã de agradar o Presidente da República. Agora, estamos com o Presidente do Banco Central já de fato desempenhando suas funções, unconstitutionalmente, já que não poderia exercer, mesmo em caráter secundário, na sombra, um mandato que esta Casa ainda não lhe conferiu. Está a se fazer uma grande tempestade num copo dágua, a nos ofender e a nos agredir, provocando aquilo que nos causa um certo espanto: a criação dos Senadores esclarecidos, aqueles do Centro-Sul, e os Senadores dos grotões, ou seja, nós, que, por força do destino, nascemos nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Nós, Senadores dos grotões, somos os discriminados, os que não apoiaram o Governo a priori, por antecipação. Isso me faz lembrar uma história de minha terra. Certa feita, comunicaram ao Governador que o delegado local não estava atendendo bem aos seus correligionários. Ele, no afã de ser agradável, passa um telegrama ao Governador, dizendo: "Estou com V. Ex^a, não tenha dúvida, e com todos os seus dignos sucessores". (Risos)

Esta Casa não pode ficar apoiando este Presidente e todos os seus dignos sucessores, sem analisar e estudar as matérias que chegam aqui.

O Sr. Magno Bacelar – Senador Francisco Rollemburg, se V. Ex^a me permite, gostaria de fazer uma outra intervenção. A imprensa cita meu nome como sendo de um ex-Senador. Como ex-Senador, não poderia estar fazendo obstrução. Recentemente, também da parte do Executivo, V. Ex^a foi testemunha e vítima de um telex para o exterior dizendo que V. Ex^a era Senador em sim de mandato, não reeleito, e, sendo assim, não era prioritário – quando, na verdade, V. Ex^a nem disputou a reeleição. Por fatos como esse podemos avaliar o respeito que se tem por esta Casa e o dever que temos de ser submissos para agradar aqueles que orquestram e que gostam das luzes e dos refletores. Obrigado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – É lamentável que tudo isso ocorra e que eu tenha de vir à tribuna para fazer este esclarecimento, que não terá qualquer repercussão, que não irá constar em nenhum órgão de divulgação, em nenhum jornal, nem sequer uma linha, porque esse tipo de explicação não interessa aos detentores do poder, aos fazedores de idéias, aos criadores de consciência da mídia nacional.

Deixo aqui o meu lamento, o meu protesto contra o fato de que esta Casa, como Instituição, não tenha assumido a sua própria defesa, tendo deixado ao deus dará os membros que a compõem para fazê-lo eles próprios, procurando se justificar, gastando suas economias – inclusive os que não as têm –, para explicar o que não carecia de qualquer explicação.

Seria o mesmo que se o Senador Francisco Rollemburg e os outros Senadores que aqui estão tirassem suas economias para colocar no jornal ou pagar advogados, a fim de explicar como foram eleitos e aqui chegaram, o que fizeram com seu mandato e por que não pleitearam a reeleição.

Deveria eu ir à Justiça para dizer que existo, que sou um cidadão brasileiro, que exerce o mandato de Senador, precisando que meus advogados esclareçam à Nação que durante meu mandato fiz isso e aquilo.

Ora, quando usamos a tribuna desta Casa estamos falando para o Senado, mas também para o nosso Estado e para o País. Estamos pregando idéias, defendendo direitos e estamos nos defendendo; mas também estamos, no simples ato de ocupar esta tribuna, promovendo-nos e mostrando o que somos capazes de fazer.

Será que um dia também irão cassar a tribuna do Senado, quando ficaremos somente com os botõesinhos do computador de "sim" ou "não" para votar aquilo que aparece num telão? Meu Deus do Céu! Fico escandalizado ao ver coisas desse tipo e peço a V. Ex^as que me desculpem esse discurso um tanto amargo, esse escândalo, essa cobrança e esse desabafo que não pretendia fazer, mas penso que, às vezes, o destino nos guia, nos comanda, marca hora. Eu não fiz a hora. O destino foi quem a fez. Como disse no início, não ia comparecer a esta sessão. Deixo aqui, porém, o meu dô de peito, a minha história, que não é diferente da história de qualquer dos Srs. Senadores que me ouvem neste instante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nobre Senador Francisco Rollemberg, toda a Casa reconhece que V. Ex^a honra e abrilha o Senado Federal.

Concedo a palavra ao penúltimo orador inscrito, o nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPR-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, estamos sob um novo Governo, que, tendo sido eleito no primeiro turno, representa a esperança deste País.

O nobre Presidente Fernando Henrique Cardoso montou a sua equipe de Governo. Naturalmente, procurou técnicos – o que fez questão de alardear –, os quais estão escolhendo outros técnicos. Talvez até inspirados no discurso do Ministro Pelé, que disse ser o Presidente do Repùblica técnico da equipe. Talvez seja por tudo isto que se fale tanto no aproveitamento de técnicos neste Governo.

Hoje estou preocupado, Sr. Presidente, pois vejo os jornais anunciar as declarações do Ministro Pedro Malan, que diz simplesmente que os bancos federais terão que fechar 600 agências. Fechar 600 agências? Eu me pergunto: desempregar quantos? Mas o assunto não se encerra com demissões ou transferências. Parece-me que o Governo só está enfocando a existência dos bancos federais e dos bancos estaduais do ponto de vista do lucro, como se fossem bancos particulares que precisam dar lucro. Essa é a visão do técnico ou dos técnicos que estão assumindo a direção das finanças deste País. A eles pouco importa que uma agência do Banco do Brasil no interior do Piauí, Estado de V. Ex^a, esteja ali para cumprir o programa de desenvolvimento do governo. Os bancos federais e estaduais existem muito mais para desenvolver este País do que para ter lucro.

Parece que os técnicos são insensíveis a isso. As declarações do Ministro são categóricas. S. Ex^a quer fazer o saneamento das instituições financeiras nacionais do ponto de vista do lucro. Diz o Ministro:

Identificamos algumas centenas de agências que deveriam ser fechadas para evitar duplicidade e competição predatória. Descobrimos que existem, numa mesma rua, numa mesma praça, agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste do Brasil. Isso não tem o menor sentido, além de representar uma duplicação de custos.

Ora, Sr. Presidente, o função da Caixa Econômica é uma, a do Banco do Brasil é outra bem diferente e a do Banco do Nordeste do Brasil é específica. Para o Ministro Pedro Malan, isso não importa. A S. Ex^a interessa saber se a agência dá lucro ou não,

pois vê os bancos federais como aqueles que estão ali para captar dinheiro, captar para aplicar.

A minha formação, Sr. Presidente, é bancária. Iniciei a minha vida no Banco do Brasil, no Estado de V. Ex^a, e aprendi, durante todo o meu tempo de serviço, que o Banco do Brasil era o ponto de apoio para o desenvolvimento deste País, principalmente o de sua política agrícola, de sua política rural. Os empréstimos agrícolas e pecuários do Banco do Brasil eram, via de regra, para dar prejuízo, mas eles tinham a função específica de alavancar um desenvolvimento programado na região em que se encontravam as agências. E onde estão as agências? Mas não é esse o pensamento dos técnicos ou da equipe econômica do Governo.

Tenho que fazer este pronunciamento, Sr. Presidente. Sento-me na obrigação de vir aqui alertar o Governo de que nem tudo é um lucro. Esses bancos têm uma função social muito superior ao lucro que o Governo possa pensar em ter com o funcionamento de suas agências.

O Sr. Pedro Teixeira – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Com muito prazer e muita alegria, nobre Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira – Senador Epitácio Cafeteira, V. Ex^a está abordando essa eventual questão do fechamento de bancos com muita propriedade, com a agudeza que lhe é peculiar, e com a sensibilidade que lhe é habitual. Apesar de estar atrelado ao Partido que apoiava o Governador, sempre discordei frontalmente da política do Banco Regional de Brasília, porque não encontrava, em nenhum quadrante do Distrito Federal, uma placa indicando que a obra era financiada pelo BRB ou que determinada indústria era incentivada pelo referido banco. Por diversas vezes acompanhei, pessoas interessadas em falar com os diretores daquele banco, os chamados conselhos bancários, e a conversa só enfocava a questão pura e simplesmente do ponto de vista do excesso de garantia bancária, três ou quatro vezes mais, e do lucro para o banco. Por isso, Brasília nunca conseguiu desenvolver a sua potencialidade. Ao contrário de Brasília, outros Estados esticavam tapetes vermelhos àqueles que quisessem aplicar e desenvolver. Mas a filosofia do Banco Regional de Brasília era a do lucro e da ciranda financeira. O Estado de Goiás, por exemplo, acabou levando para Rio Verde uma fábrica da PARMALAT. Vou partilhar, mas vejo o incentivo que V. Ex^a está oferecendo, sendo até um dos pioneiros ao levantar e enfocar essa matéria. É preciso mudar o sentido de um Governo que se diz social para que os bancos colocados como os primeiros no ranking não sejam aqueles que tenham mais dinheiro nos cofres, e sim aqueles que estão aplicando mais no desenvolvimento nacional; pois quem está com dinheiro no cofre não está fazendo nada de útil, apenas especulando. Deveria ter uma posição melhor o banco que estivesse aplicando mais na lavoura, na indústria e no comércio. Ao contrário, caracteriza-se o banco forte como aquele que tem mais dinheiro em caixa. É um absurdo! Parabenizo V. Ex^a, quando realmente examina essa matéria sob esse ângulo.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Nobre Senador Pedro Teixeira, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, o Banco do Brasil sempre foi utilizado, pela sua capilaridade, na aplicação dos programas de Governo no setor do desenvolvimento.

Fui Governador do Maranhão e, ao assumir, recebi o banco desse Estado sob intervenção, do mesmo modo que Mário Covas recebeu o BANESPA e Marcello Alencar o BANERJ; mas imediatamente saneamos o banco. Em seis meses, já o estávamos dirigindo. Apuramos aquilo que precisava ser apurado. Por exemplo, o Banco do Estado do Maranhão tinha uma agência aqui em Brasília que servia, tão-somente, para manter o nome do Maranhão na parede. Não havia clientela, não tinha função, a não ser a de pagar

o funcionalismo do Estado que trabalhava aqui, muito pequeno, muito reduzido. Essa agência valia vários pontos, e conseguimos, fechando-a, usá-la para abrir várias agências no Maranhão. Ao todo, abrimos mais de 60 agências do Banco do Estado do Maranhão nos municípios, o que foi muito importante, pois ali chegava o governo, levando a orientação. E, ao permitir o desenvolvimento do município, consequentemente, permitia o desenvolvimento do Estado.

Por tudo isso, Sr. Presidente, não entendo. Talvez seja o sucesso que fez o Governo Itamar Franco. O Presidente saiu, com o intento e tantos pontos de aprovação, de um Governo todo estruturado no Real, na moeda. O Presidente Fernando Henrique Cardoso ganhou as eleições pilotando a mesma moeda. A moeda é tão importante para este País que, mesmo com o sistema de saúde sucatado em todos os Estados, o Governo atingiu oitenta e poucos por cento de aprovação. A presença do Governo na Educação fez-se por meio da edição de medidas provisórias estabelecendo cálculos para mensalidade escolar. Essa foi a presença do Governo. A Educação está abandonada, mas o Governo obteve mais de oitenta por cento de apoio na opinião pública. As estradas estão esburacadas. Morrem mais pessoas, porque os desastres são provocados não somente por aquele que se descuida, mas também pelos buracos. Para desviar de um buraco, o motorista, muitas vezes, sai de sua faixa e colide com outro veículo. E mesmo sem corrigir as estradas, o Governo alcançou oitenta e tantos por cento de apoio da opinião pública. A nossa ponte Rio-Niterói está sendo entregue à iniciativa privada. As estradas serão também entregues à iniciativa privada. O Governo restringindo cada vez mais sua atuação na aplicação de recursos provenientes dos vários impostos, entregando suas funções à iniciativa privada. E nós, que pagamos impostos para andar na cidade, vamos ter que pagar mais um imposto para andar nas estradas. Mesmo assim, com a moeda forte, o Governo obteve oitenta e tantos por cento de apoio.

Será que é com base nisso que os técnicos estão considerando a situação dos bancos oficiais, dos bancos dos Estados?

Condeno a utilização dos bancos estaduais como banqueiros do Governo. O Banco Central faz que não vê. Quando politicamente lhe interessa, o Banco Central deixa estabelecer-se o caos, como ocorreu no Estado de São Paulo com o BANESPA. Deixa acontecer todos aqueles fatos – e fatos que são contra a lei – que levaram o banco à situação pré-salimentar, para depois ocupá-lo. O próprio Banco Central poderia ter coibido operações que contrariasse a lei, intervindo naquela hora, mandando estornar a operação, mandando o Estado devolver o empréstimo que fez ao Banco porque era ilegal. Mas não; espera a undécima hora para tentar liquidá-lo. E vai fazer o mesmo com todos os bancos estaduais, Sr. Presidente.

Parece-me que, como a maioria das candidaturas foi financiada pelos bancos particulares, isso também já é um negócio para retribuir a estes o dinheiro que foi recebido na campanha desde a eleição de 1994. Tenho que dizer isso porque é isso que eu sinto. Não estou aqui para guardar conveniências; estou aqui para dizer o que penso, contar os fatos a que estou assistindo. Este compromisso é com minha consciência, com meu povo e com o mandato que recebi do povo da minha terra.

Deixo este alerta, Sr. Presidente. Os juros estão muito altos. Qual o sentido dos juros muito altos, senão beneficiar os banqueiros? O dinheiro é retribuído, mesmo na poupança, a pouco mais de 3%, mas é aplicado a 12, a 13, a 14%. Mais de 10% de lucro ao mês! Isso entre o dinheiro captado com juros e o aplicado. E o dinheiro de depósito, cujo custo é zero?

Então, parece-me que o nosso Presidente, o nosso ex-colega Fernando Henrique Cardoso, hoje na Presidência da República,

tem que olhar a coisa não apenas do ponto de vista do lucro mas também do ponto de vista do povo. Vem aí um pacote, talvez seja outro "Jumbão". É o Governo dizendo o que ele quer para governar. Mas na hora da campanha, todo mundo tinha a fórmula salvadora: "Vou fazer isso e aquilo; o povo precisa e é viável e é possível fazer". Depois da eleição, a conversa é outra: "é preciso mudar a Constituição; é preciso fazer outra Constituição, é preciso arranjar outro País para governar".

Nós temos que governar este País, este povo, com esta Constituição que foi jurada aqui no dia 1º de janeiro: "Juro, prometo que cumprerei a Carta Magna, mas quero mudá-la; quero transformar tudo o que estiver nesta Carta, desejo desconstitucionalizar tudo aquilo que, no meu governo, precisa ficar sob outro tipo de funcionamento".

É como eu disse ontem em meu pronunciamento: a cada presidente precisaremos de outra Constituição! Não é uma sucessão de presidentes, mas uma sucessão de Constituições. Não teria nenhuma dúvida em votar essas alterações desejadas pelo Governo, se elas tivessem sido expostas durante a campanha, para que o candidato fosse eleito já com a aprovação popular das alterações propostas, não depois. Não será depois de conquistado o mandato que se encontrará a fórmula mágica de, em se transformando as coisas, caminhar para uma mudança neste País.

Ontem reclamei porque pretendem parcelar o pagamento do funcionalismo público. Hoje, um jornal diz até pior: se não se puder parcelar, deixa-se para pagar depois, quando se puder pagar tudo. Ou seja, será à custa da fome, da necessidade, da angústia, do sofrimento do funcionalário público que se vai fazer caixa neste Governo. Não concordarei, Sr. Presidente. Estou aqui para reclamar. Estava aqui, ontem, para votar a escolha do Sr. Périco Arida. Mas estou aqui hoje também para cobrar. Como ontem cobrei, hoje estou cobrando. Estou cobrando em nome daqueles que não podem usar a tribuna do Senado para dizer o que estou dizendo. Estou aqui para cobrar em nome dos pequenos municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a discriminação que será praticada fechando-se agências nesses municípios. Não fecharão agências nas grandes cidades; vão fechar, exatamente, naquelas que mais necessitam do Banco, fazendo com que os pobres aposentados da Previdência Social e do FUNRURAL tenham que viajar alguns quilômetros de distância, para receber sua míngua pensão, sua míngua aposentadoria.

Então, Sr. Presidente, quero falar – e sei que estou falando – em nome da população mais sofrida deste País, dos municípios mais abandonados, que estão na nossa região, na Região Norte e Nordeste e Centro-Oeste, e que assistem a tudo isso precisando de alguém que diga não. Os bancos federais não existem apenas para ter lucros mas também para levar o desenvolvimento, para levar a presença do Governo para essas pequenas cidades, já que em muitos desses municípios não há um hospital do Governo, não existe uma escola do Governo, não contam com a presença do Governo senão através desses bancos, que estão ali para cumprir a missão do desenvolvimento, que é um direito de todos.

É este, Sr. Presidente, o motivo de nossa presença, aqui, no Senado Federal, da nossa fala. Não é uma fala de oposição sistemática a um Governo que se instala sob o desejo de todo um povo que deseja seja ele bem-sucedido. Mas é a fala do alerta, de mostrar ao Ministro Pedro Malan que ele pode entender de finanças mas não entende de povo; que ele pode entender de como dar lucro a um banco mas não entende de como levar o bem-estar social ao povo de nosso País. Disso entendemos nós, Senadores, Deputados, políticos, porque lidamos diariamente com os problemas das nossas cidades e dos nossos Estados.

Não poderíamos silenciar, como não vamos silenciar em

momento algum diante de qualquer medida parecida com esta. O Ministro da Fazenda é o superpresidente de todas as instituições financeiras do Governo... de repente, não interessa quem vai ser da diretoria de qualquer banco, do conselho de qualquer banco. O Governo Federal diz que vai mostrar a força do seu Ministro fechando essas agências, levando ao desemprego milhares de funcionários, deixando sem bancos ou sem desenvolvimento um grande número de municípios do nosso País.

Não diga o Ministro Pedro Malan que é impossível, que é contraprodutivo ter numa mesma praça uma agência da Caixa Econômica, uma do Banco do Nordeste e outra do Banco do Brasil. Como disse no início do meu pronunciamento, são funções distintas, têm objetivos diferentes. Muitas dessas agências nem captam depósitos porque essas cidades não têm recursos, mas as agências estão ali, cada uma com a sua função, levando o desenvolvimento para a nossa gente.

Sr. Presidente, esse foi o motivo que me trouxe à tribuna. Como disse – não quero ser repetitivo –, voltarei todas às vezes que sentir que é meu dever estar aqui, não para protestar mas até para alertar. O protesto virá depois, se realmente se consumar o fechamento dessas agências. Por enquanto só quero alertar e dizer que os votos deste Governo não foram conseguidos nas grandes cidades. Foram conseguidos também lá nos grotões, nos Municípios do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Se o Norte e o Centro-Oeste não estão representados neste Governo, pelo menos, nós, Senadores da República, estamos aqui para dizer que existimos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Como há no plenário somente 10 Senadores e na Casa 12, concederei a palavra agora ao último orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, demitiu mais de 1.300 funcionários que estavam subordinados à Presidência do BANESPA, o que se constituía, obviamente, em graves distorções, e anuncia que vai demitir 11.000 funcionários do BANESER – instituição criada há alguns anos, no Governo do Estado de São Paulo, para contratar funcionários sem concurso público e, dizia-se à época, pagar-lhes uma remuneração condizente com o mercado, o que acabou resultando em distorções extraordinárias.

Enquanto isso ocorre, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso parece ter a intenção de criar uma espécie de Baneser. Cogita o Governo da necessidade de se criar um mecanismo, uma instituição, uma forma de contratar pessoas, não propriamente de carreira no serviço público, para pagar padrões altos de remuneração.

Aquilo que aconteceu com o BANESER deve ser considerado uma ameaça séria, ante as distorções que possam vir a ocorrer. O referido banco acabou se constituindo, no Governo do Estado de São Paulo, numa instituição que foi gradativamente contratando pessoas para trabalhar, para exercer função de confiança com níveis altos de remuneração e para realizar serviço de natureza política que pouco tinha a ver com o interesse público.

E por aí foram sendo contratados aqueles que agora, diagnostica o Governador Mário Covas, são fantasmas e muito bem remunerados vários deles. Era proposição do candidato do Partido dos Trabalhadores, o Deputado José Dirceu, extinguir o BANESER, exatamente, em função das irregularidades tão grandes lá encontradas.

É preciso que o Governo Federal pense, exatamente, como vai resolver o problema de contratação, de remuneração de pessoas, através de critérios que a Administração Pública deve levar

em conta, um vez que há na Constituição capítulo referente a este assunto.

Ontem, o Senador Epitácio Cafeteira chamou a atenção para o contraste entre a disposição governamental de parcelar os 25,94% de reajuste aos funcionários públicos e os ajustes propostos para o Presidente da República, para o Vice-Presidente e seus Ministros, da ordem de 220%; também para Deputados e Senadores ajustes da ordem de 146%, ao mesmo tempo em que se pretende parcelar em quatro vezes os 25,94%, que deveriam ocorrer como recuperação da perda de poder aquisitivo.

Não pode o Governo estar solicitando da Nação que haja austeridade, tendo atitudes como essa para aqueles que estão ocupando posições de maior responsabilidade no Executivo e no Legislativo, criando distorções de tal natureza.

Assim, Sr. Presidente, é preciso que a decisão que envolverá o Congresso Nacional, que envolverá a nós mesmos, Senadores e Deputados, leve em consideração as distorções e o sentimento de revolta que se inicia entre os funcionários, como por exemplo aqueles que estamos tendo a oportunidade de encontrar. Aqui em Brasília, ainda ontem, um servidor federal me dizia: – "Olha, eu recebo R\$ 150,00. Os 25,94% representam pouco para mim. Como é que o Governo está dizendo que vai parcelar em quatro vezes esse reajuste ao mesmo tempo em que anuncia que para o Presidente e para os seus Ministros haverá um aumento de 220%!"

É preciso também considerar que esse aumento, com tanta disparidade em relação ao que está previsto para os servidores federais e para o salário mínimo, pode resultar em outras distorções, seja no âmbito do Legislativo – refiro-me ao caso daqueles que ocupam cargos de direção, cargos de confiança – seja para outros servidores do Governo Federal, cuja remuneração guarda uma certa limitação com os maiores salários pagos, que são exatamente os de Presidente e de Vice-Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu também gostaria de ressaltar novamente o cuidado que deve ter a autoridade monetária relativamente à política cambial.

O Deputado Antônio Delfim Netto, a economista Maria da Conceição Tavares e José Carlos Miranda, publicaram artigos respectivamente na Folha de S. Paulo de hoje e do domingo, e este último na Gazeta Mercantil, cuja leitura recomendo, especificamente sobre o que aconteceu no México em relação à progressiva situação de dificuldade que enfrentará o Brasil se não flexibilizar a sua política cambial. S. Ex^a ressalta que tem havido a entrada de capitais no País porque viriam explorar magníficas oportunidades de investimento.

Mas que tipo de oportunidades de investimento são essas, senão as criadas pelas próprias autoridades econômicas, em virtude de excelentes diferenciais de taxas de juros reais juntamente com a garantia cambial? A taxa de câmbio, dizem as autoridades, seria fixada pelo mercado. Mas há uma falácia escondida no fato de que o mercado é construído pelo Banco Central.

Nesse artigo há uma exposição daquilo que aconteceu no Chile e em Israel, quando cuidaram para que não houvesse um crescente desequilíbrio na taxa de câmbio, fazendo com que não ocorrizessem problemas cada vez maiores e graves de déficit em conta corrente.

Começa a haver déficit na balança comercial, como o registrado nos jornais de hoje. Durante o ano de 1994 ainda havia superávit, mas houve um saldo negativo de 47 milhões de dólares em dezembro. Em novembro também havia ocorrido déficit mas, apesar disso, o resultado final da balança comercial, em 94, foi positivo, chegando a 11,5 bilhões de dólares.

Esse saldo foi menor do que em 1993, mas certamente a crise mexicana se constitui num alerta importante e seria uma consi-

deração seria para o Governo flexibilizar a sua política de câmbio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa – César Dias – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Gilberto Miranda – Humberto Lucena – Jarbas Passarinho – Joaquim Beato – Magno Bacelar – Meira Filho – Nabor Júnior – Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Aureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador José Eduardo, em substituição à Comissão de Educação.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 8 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

- 9 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

- 10 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 11 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 12 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador

Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 14 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguainha, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 15 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 16 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhes de Botelhos Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

- 17 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador

Lucídio Portella, em substituição à Comissão de Educação.

- 18 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 62, DE 1993
 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
 art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 19 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 64, DE 1993
 (Em regime de urgência, nos termos do
 art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 20 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 69, DE 1993
 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do
 art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 21 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 8, DE 1994
 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
 art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 22 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 20, DE 1994
 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
 art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Nova Terra de Radiodifusão Ltda, atualmente denominada Rede Fénix de Comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 23 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 21, DE 1994
 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
 art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 24 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 26, DE 1994
 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do
 art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 25 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 39, DE 1994
 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
 art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Negra FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 26 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 45, DE 1994
 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do
 art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1994 (nº 222/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Josaphat Marinho, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- 27 -

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 179, DE 1990
 (Em regime de urgência, nos termos do
 art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública, tendo

- Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, favorável ao Substitutivo da Câmara, com requerimentos que apresenta.

(Dependendo de parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

- 28 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 117, DE 1994
 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do
 art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. (Depend-

endo de pareceres das Comissões de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura.)

- 29 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1994 (nº 4.801/94, na Casa de origem), que cria e transforma, no quadro permanente de pessoa da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

- 30 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 1994
COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Ney Maranhão, que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

- 31 -

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 32 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122, DE 1993
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 94, de 1994.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 122, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

- 33 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94, DE 1994
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 122, de 1993.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Educação em Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

- 34 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 1992
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº

151, de 1992 (nº 1.002, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical a que se referem os arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável ao Projeto, com Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais. (Dependendo de parecer sobre a Emenda nº 3, de Plenário.)

- 35 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1991, de autoria do Senador Jutaby Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal, tendo

Parecer contrário, proferido em Plenário, Relator: Senador Ronan Tito, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

- 36 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 1994
COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 227, de 1994 da Comissão de

- Assuntos Econômicos, favorável ao Projeto com Emendas nº 1 e 2-CAE, que apresenta.

- 37 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1991
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudo de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 38 -

MENSAGEM Nº 314, DE 1994
Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 237, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 314, de 1994 (nº 899/94, na origem), de 24 de outubro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor VALDIR RIGHETTO, para exercer o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

- 39 -

MENSAGEM Nº 349, DE 1994
Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 236, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 349, de 1994 (nº 991/94, na origem), de 11 de junho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor EDSON RODRIGUES-CHAVES para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

- 40 -

MENSAGEM Nº 372, DE 1994
Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 311, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 372, de 1994 (nº 1.093/94, na origem), de 1º de dezembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor EDGARD LINCOLN DE PROENÇA ROSA, para ocupar um dos cargos de Conselheiro Administrativo de Defesa Econômica.

- 41 -

MENSAGEM Nº 393, DE 1994
Escolha de Autoridade

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 330, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 393, de 1994 (nº 1.186/94, na origem), de 21 de dezembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

- 42 -

MENSAGEM Nº 102, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 102, de 1994 (nº 135/94, na origem), de 21 de fevereiro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor RONALD LESLIE MORAES SMALL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer a função de embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

- 43 -

MENSAGEM Nº 178, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 178, de 1994 (nº 325/94, na origem), de 26 de abril de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor BERNARDO DE AZEVEDO BRITO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

- 44 -

MENSAGEM Nº 192, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 192, de 1994 (nº 375/94, na origem), de 23 de maio de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor BERNARDO PERICAS NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

- 45 -

MENSAGEM Nº 218, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 218, de 1994 (nº 422/94, na origem), de 3 de junho de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado nome da Senhora THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Áustria, exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.

- 46 -

MENSAGEM Nº 225, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 225, de 1994 (nº 447/94, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

- 47 -

MENSAGEM Nº 257, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 257, de 1994 (nº 527/94, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JORGE SALTARELLI JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.

- 48 -

MENSAGEM Nº 264, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 264, de 1994 (nº 552/94, na origem), de 15 de julho de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Mongólia.

- 49 -

MENSAGEM Nº 274, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 274, de 1994 (nº 603/94, na origem), de 3 de agosto de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor PAULO MONTEIRO LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja.

- 50 -

MENSAGEM Nº 278, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 278, de 1994 (nº 643/94, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA, Ministra de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto ao Reino dos Paises Baixos.

- 51 -

**MENSAGEM Nº 299, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 299, de 1994 (nº 727/94, na origem), de 6 de setembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor RONALD LESLIE MORAES SMALL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Papua Nova Guiné.

- 52 -

**MENSAGEM Nº 300, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 300, de 1994 (nº 728/94, na origem), de 6 de setembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE AFFONSECA ALVES DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

- 53 -

**MENSAGEM Nº 302, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 302, de 1994 (nº 804/94, na origem), de 29 de setembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor LUIZ FELIPE DE LA TORRE BENITEZ TEIXEIRA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

- 54 -

**MENSAGEM Nº 310, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 310, de 1994 (nº 891/94, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor SÉRGIO DAMASCENO VIEIRA, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

- 55 -

**MENSAGEM Nº 311, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 311, de 1994 (nº 892/94, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor CAR-

LOS ALFREDO PINTO DA SILVA, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

- 56 -

**MENSAGEM Nº 312, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 312, de 1994 (nº 893/94, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor CLÁUDIO MARIA HENRIQUE DO COUTO LYRA, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

- 57 -

**MENSAGEM Nº 313, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 313, de 1994 (nº 894/94, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JADEL FERREIRA DE OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

- 58 -

**MENSAGEM Nº 316, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 316, de 1994 (nº 908/94, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor RUBENS RICUPERO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

- 59 -

**MENSAGEM Nº 345, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 345, de 1994 (nº 963/94, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DINIZ DE ANDRADA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.

- 60 -

**MENSAGEM Nº 359, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 359, de 1994 (nº 1.037/94, na origem), de 22 de novembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor GERALDO AFFONSO MUZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

- 61 -

**MENSAGEM Nº 370, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 370, de 1994 (nº 1.085/94, na origem), de 30 de novembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a Belize.

- 62 -

**MENSAGEM Nº 375, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 375, de 1994 (nº 1.118/94, na origem), de 6 de dezembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JOSÉ NOGUEIRA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de

Cuba, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Antígua e Barbuda.

- 63 -

**MENSAGEM Nº 390, DE 1994
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 390, de 1994 (nº 1.162/94, na origem), de 15 de dezembro de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor CELSO LUIZ NUNES AMORIM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h5min.)

MESA	Vice-Líderes	LIDERANÇA DO PDT
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Fernando Bezerra Cid Sabóia de Carvalho	Líder Magno Bacelar
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	José Fogaça Ronaldo Aragão	Vice-Líder Nelson Wedekin
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PPR _ MS	Mansueto de Lavor Antônio Mariz	LIDERANÇA DO PRN
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	Aluízio Bezerra Gilberto Miranda	Líder Ney Maranhão
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	Jacques Silva	Vice-Líder Áureo Mello
3º Secretário Júnia Marise _ PDT _ MG		LIDERANÇA DO PP
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC		Líder Irapuan Costa Júnior
Suplentes de Secretário		LIDERANÇA DO PPR
Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PPR _ PI Carlos Patrocínio _ PFL _ TO		Líder Epitácio Cafeteira
LIDERANÇA DO GOVERNO		Vice-Líderes Moisés Abrão Affonso Camargo Esperidião Amim
Líder Pedro Simon		LIDERANÇA DO PT
Vice-Líderes Jutahy Magalhães		Líder Eduardo Suplicy
LIDERANÇA DO PMDB		LIDERANÇA DO PMN
Líder Mauro Benevides		Líder Francisco Rollemberg
	LIDERANÇA DO PSDB	
	Líder Mário Covas	
	Vice-Líderes	
	Jutahy Magalhães Almir Gabriel Teotônio Vilela Filho	
	LIDERANÇA DO PFL	
	Líder Marco Maciel	
	Vice-Líder	
	Odacir Soares Guilherme Palmeira João Rocha	
	LIDERANÇA DO PSB	
	Líder José Paulo Bisol	
	LIDERANÇA DO PTB	
	Líder Jonas Pinheiro	
	Vice-Líder	
	Valmir Campelo	

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Secretaria Legislativa - Diretoria: Denise R. A. Zoghbi
Ramasis: 311-3938 / 311-3939
Subsecretaria de Comissões - Diretor: Raimundo C. Silva
Ramasis: 311-3488/311-3489/311-3490

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Vago
Vice-Presidente: Senador Magno Bacelar

Titulares	Suplentes	Alexandre Costa Carlos Patrício	MA-307/71 TO-4058/68	Raimundo Lira Guilherme Palmeira	FD-323/62 AL-3245/46	
PMDB						
Amir Lando Cid S. de Carvalho José Fogaça Jacques Silva Márcio Lacerda Antônio Mariz Pedro Simon Wilson Martins	RO-3111/12 CE-3058/59 RS-3077/78 GO-3134/35 MT-3029/30 PB-4345/46 RS-3220/31 MS-3114/15	César Dias Mansueto de Lavor Garibaldi A. Filho Gilberto Miranda Mauro Benevides Aluízio Bezerra Divaldo Surugay Alfredo Campos	RR-3064/65 PE-3183/84 RN-4382/92 AM-3104/05 CE-3194/95 AC-3158/59 AL-3185/86 MG-3237/38	Almir Gabriel Reginaldo Duarte Jutahy Magalhães Albano Franco	PA-3145/46 CE-3242/43 BA-3171/72 SE-4055/56	Dircen Carneiro Maurício Corrêa Tecônico V. Filho Joaquim Beato
PFL						
Josaphat Marinho Guilherme Palmeira Loutrival Baptista Odacir Soares	BA-3173/74 AL-3245/46 SE-3027/28 RO-3218/19	Marco Maciel Ailton Oliveira Jônico Tristão João Rocha	PE-3197/98 AP-3191/92 ES-3131/92 TO-4071/72	Affonso Camargo Epitácio Cafeteira Lucídio Portella Carlos De'Carli	RR-3062/63 MA-4073/74 PI-3055/56 AM-3079-80	Jarbas Passarinho Moisés Abrão Lourenberg N. Rocha Levy Dias
PSDB						
Jutahy Magalhães Mário Covas Maurício Corrêa	BA-3171/72 SP-3177/78 DF-3127/28	Almir Gabriel Teotônio Vilela Filho Albano Franco	PA-3145/46 AL-4093/94 SE-4055/56	Lavoisier Maia Magno Bacelar	RN-3240/41 MA-3074/75	Darcy Ribeiro Vago
PPR						
Epitácio Cafeteira Espiridião Amin Carlos De'Carli	MA-4073/74 SC-4206/07 AM-3079/80	Hydekel Freitas Lourenberg N. Rocha Jarbas Passarinho	RJ - 3082/83 MT-3035/36 PA-3022/23	Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro
PP						
Vago		João França	RR-3067/68	PRN		
PDT						
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40	PTB		
PTB						
Joé Eduardo	PR-4064/65	Marluce Pinto	RR-4062/63	PRN		
PRN						
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02	COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE		
PSB+PT+PMN						
José Paulo Bisol	RS-3224/25	Francisco Rollemberg	SE-3032/34	(27 Titulares e 27 Suplentes)		
<i>Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes Fones da Secretaria: 311-3972/4609/4612 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa Anexo das Comissões – Ramal 4315</i>						
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS						
<i>(29 Titulares e 29 Suplentes) Presidente: Senador Jutahy Magalhães Vice-Presidente: Senador Loutrival Baptista</i>						
Titulares	Suplentes	Alexandre Costa Carlos Patrício	MA-307/71 TO-4058/68	Raimundo Lira Guilherme Palmeira	FD-323/62 AL-3245/46	
PMDB						
Amit Lando	RO-3111/12	Aluízio Bezerra	AC-3158/59	PMDB		
<i>Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes Fones da Secretaria: 311-3972/4609/4612 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa Anexo das Comissões – Ramal 4315</i>						
PFL						
<i>Secretário: Raymundo Franco Diniz Telefones: Secretaria: 311-515/4608/7285 Sala de reuniões: 311-3652 Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas. Sala nº 09 – Ala Sen. Alexandre Costa</i>						
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE						
<i>(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: João Rocha Vice-Presidente: Gilberto Miranda</i>						
Titulares	Suplentes	Alexandre Costa Carlos Patrício	MA-307/71 TO-4058/68	Raimundo Lira Guilherme Palmeira	FD-323/62 AL-3245/46	
PMDB						
<i>Ronan Tito Garibaldi A. Filho Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Alfredo Campos Mansueto de Lavor Aluízio Bezerra Gilberto Miranda Jacques Silva</i>						
<i>MG-3038/39/40 RN-4382/92 BA-3161/62 RR-4052/53 RO-3064/65/66 PE-3182/83/84 AC-3158/59 AM-3104/05 GO-3148/50</i>						
<i>Mauro Benevides José Fogaça Flaviano Melo Cid S. de Carvalho Coutinho Jorge Pedro Simon Divaldo Surugay João Calmon Wilson Martins</i>						
<i>CE-3194/95 RS-3077/78 AC-3493/94 CE-3058/59 PA-3050/4393 RS-3230/32 AL-3185/86 ES-3154/56 MS-3114/15</i>						
PFL						
<i>Carlos Patrício Raimundo Lira Ailton Oliveira Jônico Tristão João Rocha</i>						
<i>TO-4058/68 PB-320/02 AP-3191/92/93 ES-3131/32 MA-4071/72</i>						
<i>Dario Pereira Odacir Soares Hugo Napoleão Josaphat Marinho Marco Maciel</i>						
<i>RN-3098/99 RO-1118/19 PI-3085/87 BA-3173/75 PE-3197/98</i>						

PSDB				PRN			
Fernando H. Cardoso José Richa Mário Covas	SP-311/18 PR-3163/64 SP-3177/78	Reginaldo Duarte Dirceu Carneiro Jutahy Magalhães	CE-3242/43 SC-3179/80 BA-3171/72	Vago	Rachid Saldanha Derzi	MS- 4770/71	
PPR				PSB/PT/PMN			
Affonso Camargo Espíndio Amin Moisés Abrão	PR-3062/63 SC-4206/07 TO-3136/37	Hydekel Freitas Lourenberg N. Rocha Jairinho Passarinho	RJ-3082/83 MT-3035/36 PA-3022/24	Eduardo Suplicy Francisco Rollemberg	SP-3221/15/16 SE-3032/33	José Paulo Bisol Vago	RS-3224/25
PP				Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 311-3259/3496 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546			
PDT				COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
Magno Bacelar Darcy Ribeiro	MA-3074/75 RJ-4229/30	Lavoisier Maia Vago	RN-3239/40	Titulares			
PTB				Suplentes			
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	José Eduardo	PR-4059/60	PMDB			
PRN				Flaviano Melo			
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 RR-3064/65 MT-3029/30			
PSB/PT/PMN				Amir Lando			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Ruy Bacelar			
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3516/4605/4683 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344				Ronaldo Aragão			
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE				Ronaldo Tito			
(19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas				Coutinho Jorge			
Titulares				Antonio Mariz			
Suplentes				Wilson Martins			
PMDB				Jaques Silva			
PFL				PFL			
Dario Pereira				Titulares			
Ailton Oliveira				Raimundo Lira			
Jônico Tristão				Carlos Patrocínio			
Odacir Soares				Guilherme Palmeira			
Suplentes				Lourival Baptista			
PSDB				PDT			
Dirceu Carneiro				PRN			
Teotônio V. Filho				Reginaldo Duarte			
Albano Franco				José Richa			
PPR				Maurício Corrêa			
Hydekel Freitas				PR-3062/63			
Lucídio Portella				SC-4206/07			
Lourenberg N. Rocha				MT-3136/37			
PP				PP			
João França				Meira Filho			
PDT				DF-3221/22			
Lavoisier Maia				Magno Bacelar			
PTB				BA-3074/75			
José Eduardo				PR-4062/63			
PRN				Marluce Pinto			
Rachid Saldanha Derzi				RR-4062/63			
Vago				PSB/PT/PMN			
Francisco Rollemberg				Eduardo Suplicy			
PPR				SP-3213/15			
Hydekel Freitas				Secretário: Celso Parente – Ramais 311-4354/7284/4607			
Jairinho Passarinho				Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas			
EPITÁCIO CAFETEIRA				Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286			
Lucídio Portella							
PP							
Irpuan Costa Júnior							
3088/3089							
PDT							
Darcy Ribeiro							
RJ-4230/31							
PTB							
Marluce Pinto							
RR-4062/63							
Vago							

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Vago

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaca	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Jacques Silva	GO-3134/35	Gerson Camata	ES-3203/04

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	João Rocha	TO-4071/72
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Alexandre Costa	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Ailton Oliveira	AP-3191/92	Jônico Tristão	ES-3131/32

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Albano Franco	SE-4055/56
Maurício Corrêa	DF-3127/28	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PPR

Loureember N. Rocha	MT-3035/36	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espiridião Amin	SC-4206/07
Moisés Abrão	TO-3136/37	Carlos De'Carli	AM-3079/80

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Vago	

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	José Eduardo	PR-4058/59
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02

PSB/PT/PMN

José P. Bisol RS-3224/25 Francisco Rollemberg SE-3032/33

Secretaria: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 311-3498/4682

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente:

Vice-Presidente:
(17 Titulares e 9 Suplentes)

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/56	Mauro Benevides	CE-3194/95
Alfredo Campos	MG-3237/38	Garibaldi Alves Filho	RN-4382/92
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Gilberto Miranda	AM-3104/05		
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59		
Ronan Tito	MG-3038/39		

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/59	Alexandre Costa	MA-3070/71
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Ailton Oliveira	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-1118/19		

PSDB

Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/46
Dirceu Carneiro	SC-3179/80		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Affonso Camargo	PR-3062/63
Moisés Abrão	TO-3136/37		

PP

João França	RR-3067/68	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	PRN	

Ney Maranhão PE-3101/02

Reuniões:

Sala nº – Ala Sen. Alexandre Costa

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....

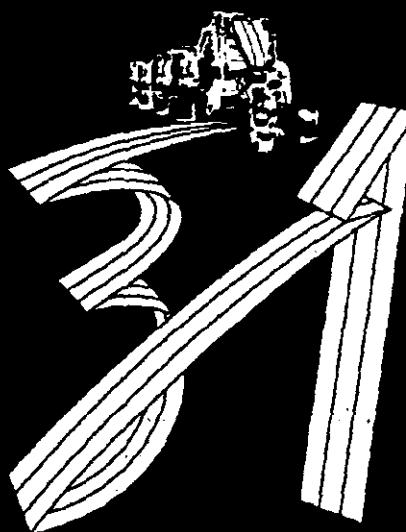
Endereço

CEP

Cidade UF Telefone Fax Telex

Data: / / Assinatura:

CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL



A N O S
1963 1994

IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS